

Processos Inferenciais em Semânticas Cognitivas: autonomia parcial e Princípio da Relevância¹

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

Mestrado em Letras e Cultura Regional – Universidade de Caxias do Sul (UCS)

[e-mail:] helocogn@terra.com.br

Abstract. *The aim of this communication is to raise problem questions related to the treatment of inferential processes in Cognitive Linguistics, and it suggests, speculatively, the creation of an interface with Relevance Theory. It begins with Harder's (1999) criticism to continuism in Cognitive Linguistics, and his hypothesis of partial autonomy. After that some central theses of Feldman's Neural Theory (2006) are presented, with a model of implementation that has a computational-biological character for Cognitive Linguistics. And, finally, it discusses the possible integration of principles of Sperber and Wilson's Relevance Theory (1995) to this neural model based on the hypothesis of partial autonomy.*

Key words: *inferences; Relevance Principle; Neural Theory*

Resumo. *A comunicação visa levantar questões problemáticas relativas ao tratamento de processos inferenciais em Lingüística Cognitiva e sugerir, especulativamente, a criação de uma interface com a Teoria da Relevância. Inicia com a crítica de Harder (1999) ao continuísmo em Lingüística Cognitiva e sua hipótese de autonomia parcial. Após, apresentam-se algumas teses centrais da Teoria Neural de Feldman (2006) com um modelo de implementação de caráter computacional-biológico para a Lingüística Cognitiva e, por fim, discute-se a possível integração de princípios da Teoria da relevância de Sperber e Wilson (1995) a esse modelo neural, com base na hipótese da autonomia parcial.*

Palavras-chave: *inferências, Princípio da Relevância, Teoria Neural*

Introdução

Nesta comunicação, visa-se (a) levantar algumas questões problemáticas relativas ao tratamento de processos inferenciais em modelos de Semântica em Lingüística Cognitiva; e (b) sugerir, ainda de forma especulativa, a criação de uma interface em que a Teoria da Relevância pudesse, com alguns de seus princípios, articular-se com tais modelos. O objetivo central dessa comunicação não é oferecer respostas, mas, antes, levantar

¹ Esta é uma versão resumida da comunicação apresentada no respectivo GT.

questões que, melhor formuladas, possam sugerir pesquisas futuras. Inicia-se com a crítica de Harder (1999) ao contínuismo em Linguística Cognitiva e a hipótese da Autonomia Parcial desse autor. Em seguida, apresentam-se algumas das teses centrais da Teoria Neural da Linguagem, desenvolvida por Feldman (2006), que se tomam, para os propósitos da discussão, como o modelo de “implementação” computacional-biológica de várias teorias em Linguística Cognitiva, especialmente a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (e.g. LAKOFF, 1980; LAKOFF e JOHNSON, 1987, 1999) e a Teoria da Integração Conceptual ou das Mesclagens (*Blending*) (e.g. FAUCONNIER e TURNER, 1998a, 1998b, 2002). Ao final, discute-se a possibilidade futura de integração da Teoria da Relevância, em especial do Princípio de Relevância Revisado de Sperber e Wilson (1995), no quadro de uma Linguística Cognitiva metodologicamente tratada nos termos da Autonomia Parcial pela Teoria das Interfaces proposta por Campos (2007).

Para Campos (2007), ainda dando os primeiros passos na direção da construção de uma Teoria das Interfaces, a Linguística deveria ser inserida numa área de relações interdisciplinares, e seu objeto deveria ser visto como constituído por um conjunto de propriedades determinadas por relações intradisciplinares. A generalidade do fenômeno só pode ser capturada, interdisciplinarmente, e a descrição de sua constituição interna, intradisciplinarmente. O quadro de conhecimentos organizados pelo “espírito de aproximação dos conhecimentos sistemáticos” do contexto inter/intradisciplinar é chamado de Teorias de Interface, em que “[a]s interfaces metateóricas são constituídas pelas assim chamadas relações interdisciplinares; as interfaces teóricas são constituídas pelas relações ditas intradisciplinares” (p. 346). Enfim, aproximam-se, metateoricamente, Linguística e Comunicação, Linguística e Cognição, Linguística e Computação, etc. por relações interdisciplinares. E aproximam-se, no interior da Linguística, a Fonologia, a Morfologia, a Lexicologia, a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática por relações intradisciplinares: “Ambos os conjuntos de relações são interdependentes. A interdisciplinariedade e a intradisciplinaridade são construídas de forma cientificamente interativa.” (p. 347).

1 Linguística Cognitiva e a Hipótese da Autonomia Parcial de Harder

Harder (1999) afirma que a Linguística Cognitiva não estabelece uma distinção nítida entre competência e *performance*. É um modelo baseado no uso sem marcar uma distinção entre a linguagem, de um lado, e a experiência humana, de outro, pois seu propósito é imbricar a linguagem em um contexto cognitivo e experiencial mais amplo. Também não faz uma distinção nítida entre fenômenos cognitivos e fenômenos biológicos, porque as habilidades linguísticas são mediadas por padrões neurológicos: “a linguagem é fundada no corpo humano, e porque todas as habilidades podem ser vistas como mediadas por padrões neurológicos (as quais podem ser modeladas por simulações conexionistas altamente sofisticadas)” (p. 196). Tais fenômenos são tratados num *continuum*. O mais importante traço da chamada “continuidade” em Linguística Cognitiva é que esta “está explicitamente preocupada com o uso da linguagem como uma janela para as estruturas cognitivas [...], de modo que se pode movimentar-se livre e gradualmente de fatos sobre a vida humana para fatos sobre a cognição humana” (p. 196). A Linguística Cognitiva nega, segundo Harder, a existência de um nível sintático puramente formal. Em função disso, esse “contínuismo” pode ser responsável por muitos equívocos. Em nosso ponto de vista, um dos aspectos mais problemáticos desse

continuísmo diz respeito ao tratamento descritivamente adequado de processos inferenciais.

O autor defende uma ontologia baseada na **autonomia parcial**, que é entendida como “um fato central sobre as relações entre domínios relacionados: fatos cognitivos são parcialmente autônomos de fatos brutos; fatos lingüísticos são parcialmente autônomos de fatos experienciais; fatos sintáticos são parcialmente autônomos de fatos sobre o significado de elementos, e fatos sociais são parcialmente autônomos de fatos mentais”. (p. 196).

Pela autonomia parcial seria possível capturar um quadro integrado dos fenômenos sintáticos, semânticos e pragmáticos e, em nosso ponto de vista, avaliar o papel de uma teoria (de interface) da inferência, nos termos de Campos (2007)² como a Teoria da Relevância, em que o Princípio da Relevância e conceitos co-dependentes pudessem ser operacionalmente reconstruídos no quadro epistemológico da Lingüística Cognitiva, fornecendo as bases para o tratamento sistemático dos processos inferenciais envolvidos principalmente em acarretamentos metafóricos e metonímicos e operações de *blending*.

A preocupação de Harder concentra-se em tratar da questão sobre que tipos de coisas existem no mundo no contexto da Lingüística Cognitiva, levantando uma questão ontológica e metodológica. Antes de simplesmente negar a “continuidade”, o autor quer discuti-la com mais cuidado a partir de uma orientação explícita em direção a uma ontologia baseada na **autonomia parcial**. A autonomia parcial aceita a necessidade de níveis separados de análise dentro do contexto de uma continuidade global. Trata-se, entretanto, de um conceito complexo, mas essencial, afirma Harder, não apenas em Lingüística, mas em Ciência Cognitiva. Aceitar diferentes níveis de organização apresentaria algumas vantagens para a Lingüística Cognitiva, como no caso de incluir, mais explicitamente, os fatos sociais como um nível ontológico específico em sua visão de mundo. A autonomia parcial, nesse sentido:

- (i) forneceria um modo melhor de capturar o quadro integrado semanticamente baseado na sintaxe que é privilegiado na lingüística funcional e cognitiva, enquanto explicitamente deixando espaço para aquelas correspondências menos diretas entre padrões sintáticos e significado de itens a partir dos quais os autonomistas tendem a tirar conclusões erradas. (1999, p. 218).

Colocando a questão no plano da descrição lingüística do significado como função interativa, Harder diz que se sabe que a linguagem é usada em interações sociais, mas um dos aspectos a serem considerados é “a natureza de e a relação entre significados” (p. 211). O outro aspecto é o “*status* da sintaxe como um componente que torna possível a integração automática e eficiente de fragmentos de significado em significados de enunciados no todo” (p. 211).

Lembrando-nos, sempre, que a Lingüística Cognitiva é uma ciência jovem, discussões como a que Harder provoca, defendendo a tese da autonomia parcial como uma contribuição ontológico-metodológica para essa ciência em recente construção não

² Veja-se Campos (2007) para uma visão geral da Teoria das Interfaces do domínio das ciências da linguagem.

devem ser negligenciadas. Ela busca, em nosso entendimento, uma espécie de conciliação entre a autonomia extremada dos gerativistas e dos funcionalista (como Fodor) e o “achatamento” ontológico que, não podemos negar, existe em Linguística Cognitiva, naquilo que o autor chamada de *continuismo* em Linguística Cognitiva, que horizontaliza, num *continuum*, os fatos propriamente lingüísticos, cognitivos e sociais.

Em nosso ponto de vista, a hipótese da autonomia parcial poderia ser vista como atuando num nível metateórico sob critérios operacionais e, por que não, normativos. A partir dela, seria possível criar um “cenário” de possíveis correlações ontológicas localizadas que “quebrariam” a continuidade inerente dos fatores biológicos, socioculturais (experienciais de modo amplo), comunicacionais com a qual a Linguística Cognitiva opera epistemológica e metodologicamente. A partir dela, criar-se-ia um arquitetura passível de incorporar relações de interface mais explícitas. Entre elas, uma interface para uma Pragmática que operaria a partir de algumas das teses da Teoria da Relevância. Incompatibilidades fundacionais com esta teoria, como a hipótese de algum modelo de modularidade, a seqüencialidade linear dos processos de derivação de inferências dedutivas por mecanismos e operações computacionais, o tratamento de atitudes proposicionais e, por conseqüência, todo o processo de levantamento de suposições por processos de *input* e efeitos cognitivos ou contextuais (inferências) como *outputs*, poderiam ser “decantadas” e “reconstruídas” em um novo formato, hipotético, de linguagem em termos de ativações e co-ativações neurais. Desse modo, “uma” Teoria da Relevância seria gerada como uma Teoria de Interface cuja adequação descritiva e explanatória seria avaliada pelo seu sucesso, empírico, no tratamento de pelo menos um conjunto relevante de fenômenos semântico-pragmáticos.

2 Teoria Neural da Linguagem

A Teoria Neural da linguagem apresentada em suas linhas gerais em Feldman (2006) pode fornecer alguns exemplos para iniciar a discussão no âmbito da Linguística Cognitiva. Segundo o autor, conceitos como VERMELHO e expressões como “ponte de pedra” e “leão de pedra” evidenciam que “a teoria semântica necessita de regras para combinar significados que não dependam da forma gramatical que são utilizados em um dado caso” (p. 285). Ele toma o exemplo

(1) *Red fire engine*

Em (1), afirma Feldamn, tem-se um pequeno *puzzle*: qual é o significado de ‘red’ que é de algum modo combinado como ‘fire engine’ na nomeação de uma tonalidade particular? Nesse caso, a tonalidade não é a mesma daquela referida em, por exemplo: “*red face*”, “*red sky*” ou “*red hair*”. Pelos “mecanismos” da Teoria Neural, seria escolhida a tonalidade que fornece a a resposta neural mais forte. A justificativa é a de que:

- (ii) A partir de nossa perspectiva neural corporificada, o significado **contexto-dependente** de ‘red’ é natural; a ativação de duas palavras juntas causa o melhor mecanismo de ajuste do cérebro para estabelecer o **padrão global mais coerente** envolvendo conceitos alternativos nomeáveis por aquelas palavras **no contexto corrente**. (p. 286. Grifos nossos.)

Indo além, em um exemplo como:

(2) *Red Guard*

tem-se um caso de integração conceptual ou mesclagem (*blending*), que se torna um item do vocabulário ao evocar um *frame* complexo apenas fracamente relacionado aos significados originais de cada elemento, no caso ‘red’ e ‘Guard’. Feldman provavelmente se refere à “Red Guard” da Revolução Bolchevique (1917), termo gerado a partir de “Red Army”. A referência diria respeito às cores do movimento comunista. Outros movimentos na Finlândia, Hungria e Bavária utilizaram essa nomeação. A expressão, portanto, resulta em uma mescla complexa, provavelmente com processos metonímicos. Em determinados contextos, essa expressão demandaria processos inferenciais complexos para sua interpretação mais relevante.

Já em (3) e (4):

(3) *Stone lion*.

(4) *Stone bridge*

os exemplos levantam uma situação que nos parece mais controvertida.

Para Feldman, nesses casos, (1) e (2), os adjetivos negariam traços essenciais dos nomes que modificam, tais como *artificial*, *fake*, *imitation* e *toy*, o que envolveria as intenções das pessoas que fazem uso do objeto (*bridge* e *lion*). Assim sendo, afirma o autor, “modificadores adicionais operam dessa forma para alguns objetos, mas não para outros” (p. 286). O que ele quer dizer é que *stone lion* (1) não é um leão, podendo ser caracterizado como *imitation* ou *toy*, e que *stone bridge* (2), por outro lado, é ainda uma ponte. Disso resulta a questão de como os significados são combinados. Num primeiro momento, Feldman retoma a teoria amplamente aceita de as palavras possuem significados múltiplos fixados: *word senses*. Nessa abordagem, todos os significados residem em palavras, e as regras da gramática apenas especificam quais combinações de palavras são permitidas – numa perspectiva de autonomia sintática. Ou seja:

- (iii) De acordo com essa visão, o significado de qualquer combinação de palavras pode ser determinado primeiro detectando que sentido de cada palavra está envolvido, e então usar a regra apropriada para cada sentido da palavra. Assim. Entendemos *leão de pedra* como algo que refere algo feito de pedra que tem a forma de um leão. (p. 286)

Contestando essa abordagem, Feldman levanta algumas questões de uso contextual relacionadas ao exemplo (3) que levam a um número potencialmente infinito de sentidos de palavras que poderiam se tornar necessários:

- (a) Deveria haver para cada nome de animal um outro sentido que cobrisse objetos na forma de um leão?
- (b) E o que dizer quanto a outros atributos animais usados de forma usual em um sentido “não literal”: tamanho, *habitat*, agressividade, força, etc.?
- (c) Deveria haver também sentidos de palavras separados para leões de brinquedo, armas falsas, etc?
- (d) E como proceder quanto a usos contextuais como *stone lion* referindo um leão sentado em uma pedra, ou um que comeu uma pedra, etc.?

A resposta de Feldman (2006) é a de que a teoria neural corporeificada da linguagem fornece uma alternativa sobre significados múltiplos de palavras que é, segundo ele, mais simples e intuitivamente mais plausível:

- (iv) Cada palavra pode ativar *subnetworks* de significados alternativos [...]. Essas *subnetworks* são elas próprias lincadas a outros circuitos que representam a semântica das palavras e **frames que são ativados no contexto presente**. O padrão neural de ajuste do **melhor mecanismo de associação** [*matching*] ativa conceitos relacionados adicionais como parte da **escolha do significado mais apropriado**. O **significado de uma palavra em contexto é capturado pela atividade conjunta de todo o circuito relevante: contextual, imediato e associado** (p. 287. Grifos nossos).

Como se verá na próxima seção, que trata de alguns conceitos centrais da Teoria da Relevância, é possível, já, constatar, nessa citação, que parece plausível que alguma versão do Princípio da Relevância, se uma propriedade cognitiva ou propriamente neural, encontra-se implicitamente incorporada no funcionamento das *networks* ou *subnetworks* dos padrões neurais. Mas, o mais crítico, é que o referido mecanismo de associação opera de modo a dar conta, simultaneamente (por ativações e co-ativações neurais), de processos semânticos e pragmáticos, de modo que aí se expressa, também, a continuidade já referida por Harder (1999). Além disso, como tais circuitos são ativados e como geram inferências relevantes para a “escolha do significado mais apropriado” não é um tema desenvolvido na teoria ou em outras no âmbito das neurociências.³

Tome-se o exemplo de “leão de pedra” num contexto conversacional:

- (5) A: *Como Pedro tem-se comportado na direção da companhia?*
B: *Pedro é um leão de pedra.*

Quais as inferências passíveis de serem derivadas e como seriam derivadas, utilizando-se apenas a linguagem operacional da Teoria Neural, conforme as passagens grifadas em (iv)? **B** utiliza uma linguagem metafórica cuja interpretação é altamente dependente do contexto do qual a pergunta formulada por **A** é parte constituinte. Como as *subnetworks* se lincam a outros circuitos e como determinados *frames* são ativados no contexto em questão? Como o padrão neural opera para ajustar o melhor mecanismo de associação que ativaria conceitos relacionados adicionais como parte da escolha do significado mais apropriado? Como o significado de uma palavra em contexto é capturado pela atividade conjunta de todo o circuito relevante: contextual, imediato e associado? Essas questões são, certamente, muito arrojadas quando se toma uma única citação como elemento provocador, mas são todas questões que, com o desenvolvimento das neurociências, merecem uma resposta.

Indo adiante, Feldman propõe que a descrição de qualquer habilidade mental “deve ser redutível a um nível conexionista e, portanto, ao cérebro” (p. 288). Mas adverte:

- (v) O nível conexionista é ainda muito confuso [*messy*], assim precisamos também de um nível computacional, para fornecer uma forma tradicional de descrever estruturas in termos de um traço-pares de valor. (p. 288).

Para esse nível computacional ele faz uso, para o estudo da gramática, da ECG – *Embodied Construction Grammar* (Gramática da Construção Corporificada)⁴. Um

³ Este não é propriamente um problema “da” teoria, mas do estado de arte dos estudos teóricos e experimentais em Ciências Cognitivas e Neurociências. Na citação (v), o próprio Feldman admite que os modelos conexionistas ainda não estão satisfatoriamente desenvolvidos.

⁴ A ECG, citando Feldman, foi iniciada por Bergen e Chang (2005). Aqui “construção” é a unidade básica dessa gramática – sempre um par de forma lingüística e significado. E a parte corporificada GT – Cognição, relevância e interface semântico-pragmática

exemplo (adaptado) pode ser fornecido para demonstrar o caráter formal desse *design* computacional. Em (6), tem-se um verbo e sua construção; em (7), o *design* de uma oração que expressa a predicação, numa estrutura com os constituintes que descrevem um movimento direcionado:

(6) **Construção lexical:** Passeava [*Strolled*]

Subcaso de: Verbo de Movimento, Passado Imperfeito Regular

Forma: “passea+va”

Significado: AndarX [esquema executivo]

Papéis de parâmetros:

Velocidade ↔ devagar

Tempo ↔ passado

Aspecto ↔ durativo

(7) **Construção:** Movimento Autodirecionado

Subcaso de: Oração de movimento

Constituintes:

movA: NP

actV: Verbo de movimento

locPP: PP espacial

Forma: movimentar < ação < direção

Significado: Esquema de automovimento

movimentar ↔ movA

ação ↔ actV

direção ↔ locPP

Em (7) há a especificação semântica (SemSpec) que se origina de, por exemplo: “*Harry strolled to Berkeley.*”

Ora, ao admitir que ainda se faz necessário algum nível computacional, encontramos-nos numa oportuna posição exploratória, tanto para a Teoria Neural quanto para as possibilidades de criação de uma interface entre a ECG e a Teoria da Relevância. Através de (6) e (7) é possível vislumbrar um tênue caminho metodológico – ainda a ser explorado – para ampliar a discussão sobre a hipótese da autonomia parcial.

3 Princípio da Relevância e Teoria Neural da Linguagem

Tomando-se o Princípio de Relevância reformulado em Sperber e Wilson (1995)⁵, verifica-se que a primeira tarefa dos autores é a de esclarecer que há dois Princípios de Relevância: um Cognitivo e outro Comunicacional, conforme segue:

1 **Princípio Cognitivo de Relevância:** A comunicação humana tende a ser engrenada pela maximização da relevância. Isso se deve ao fato de a Relevância ser uma

dessa construção diz respeito ao fato de que “a parte semântica de uma construção é composta de vários tipos de esquemas corpóreos – imagem, força dinâmica ou esquemas de ação” (p. 289).

⁵ Trata-se da segunda edição da obra, em que os autores incorporam um posfácio. Nele, os autores têm a oportunidade de responder a várias críticas levantadas à primeira edição (1986) e a outros textos publicados no período de 1988 a 1993, de modo a corrigir alguns equívocos daquela edição e ampliar as discussões presentes nas outras publicações que se seguiram.

“propriedade” da cognição, e a cognição, por sua vez, é uma função biológica. Numa perspectiva evolucionária:

- (vi) [os] mecanismos cognitivos evoluíram em pequenos passos de incrementação, principalmente consistindo na seleção de uma variante com melhor *performance*, no momento, do que outras variantes que estavam à volta. Há muitas formas em que uma variante de um mecanismo biológico pode operar melhor que outros. Pode haver uma diferença qualitativa no tipo de benefícios que a variante diferente produz; ou a diferença pode ser quantitativa, como quando o mesmo benefício pode ser alcançado em um grau mais elevado ou a um custo de energia mais baixo (p. 261-262).

1.1 **Relevância para um indivíduo** (classificatória): uma suposição é relevante para um indivíduo num dado momento se e somente se tem algum efeito cognitivo positivo em um ou mais dos contextos acessíveis para ele naquele momento.

1.2 **Relevância para um indivíduo** (comparativa)

Condição de extensão 1: uma suposição é relevante para um indivíduo à medida que os efeitos cognitivos positivos alcançados são amplos quando é otimamente processada.

Condição de extensão 2: uma suposição é relevante para um indivíduo à medida que o esforço requerido para alcançar esses efeitos cognitivos positivos é pequeno.

Os autores afirmam que esse primeiro Princípio, apesar de ainda vago e demasiadamente geral, não é um truísmo, porque: (a) não é auto-evidente; (b) é original à Teoria da Relevância. Ele poderia ser mesmo falso, no sentido de que:

- (vii) a cognição humana poderia alcançar um equilíbrio de efeitos cognitivos positivos *versus* negativos apenas bom o suficiente para evitar ser selecionado. De fato, a cognição humana, sendo um sistema evoluído e adaptado, reflete em aspectos refinados de seu *design* pressões passadas repetidas em direção à otimização (p. 266).

2 **Princípio Comunicacional de Relevância**: Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.

2.1 **Pressunção da Relevância Ótima**:

- (a) O estímulo ostensivo é suficientemente relevante à medida que merece o esforço do destinatário em processá-lo.
- (b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que é compatível com as habilidades e competências do comunicador.

Ao afirmarem que a cognição humana tende a ser engrenada para a maximização da relevância, os autores querem dizer que

- (viii) os recursos cognitivos tendem a ser alocados para o processamento dos *inputs* mais relevantes disponíveis, se as fontes internas [suposições como *outputs* de processos cognitivos de percepção, lembrança, imaginação ou inferência] ou externas [estímulos]. (1995, p. 261)

Sperber e Wilson (1995) deixam várias questões em aberto considerando que o avanço de pesquisas experimentais em curso utilizando o modelo da Teoria da Relevância podem levar a novas alterações, revisões e ajustes na teoria, além de levantarem novos problemas para a investigação.

Embora ressaltem, de modo especial, questões ligadas a estudos de diferentes produções culturais, estudos literários, processos metafóricos e outros, deve-se ter em mente os avanços de teorias como a Teoria Neural da Linguagem de Feldman (2006), apenas um entre outros em desenvolvimento, em que propostas de modularidade local, mais um processador central, como as que estão na base da Teoria da Relevância, são contestadas com base em um conjunto de estudos sobre o modo de funcionamento cerebral. O resultado desses estudos pode, sem dúvida, levar a reformulações mais radicais na Teoria da Relevância, caso a hipótese da modularidade torne-se experimentalmente insustentável. Naturalmente, não se pode esquecer que há várias hipóteses sobre diferentes arquiteturas funcionais modulares (mais fortes – modularidade massiva –, ou mais fracas)⁶, algumas das quais aceitam um nível de implementação conexionista ou neural “mais baixo” e que têm tido, portanto, sucesso em alguns campos de aplicação (e. g. Inteligência Artificial e Linguística Computacional).

Considerações Finais

Um dos problemas que se pode antecipar quanto à adequação de “uma” Teoria da Relevância construída numa interface, com base na hipótese da autonomia parcial, diz respeito aos tipos de inferência de que ela poderia tratar. Muitas inferências geradas em processos metafóricos e/ou metonímicos são baseadas em analogias, similaridades perceptuais, fusões (compressões de várias ordens); outras, em processos não metafóricos e/ou metonímicos ainda demandam compressões e mesclas. Modelos de Semântica Cognitiva, que operam no *continuum* Semântica-Pragmática, como a Teoria dos Modelos Cognitivos, Teoria da Metáfora Conceitual (reformulada)⁷ e Teoria da Integração Conceitual/ *Blending* (Mesclagens), usando mapeamentos entre domínios e espaços e acarretamentos a partir deles, pretendem dar conta de tais inferências. Entretanto, nem os mecanismos são satisfatoriamente explícitos, nem são claros os princípios que orientam a “escolha” da inferência mais relevante.

A Teoria da Relevância é uma teoria da inferência dedutiva não-demonstrativa. Nesse sentido, cabe uma pergunta: são tais inferências originariamente dedutivas ou são elas “reconstruídas” numa forma de argumento dedutivo, *a fortiori*, a partir dos mecanismos propostos pela teoria?

As pesquisas em Linguística Cognitiva têm procurado demonstrar que há vários padrões inferenciais – nem todos referidos especificamente como “inferenciais” – mas cuja caracterização ainda é vaga, insuficiente e, quando tratados através de exemplos, não são descritivamente adequados em sem emparelhamento com a adequação explanatória.

⁶ Para uma discussão sobre modularidade massiva, como dirigida por Fodor (200) e a teoria da mente proposta por Sperber (1994), veja-se Collins (2005)

⁷ Ver Lima, Feltes e Macedo (2008, no prelo) para uma retomada histórica da evolução da Teoria da Metáfora Conceitual.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Jorge. The science of language: communication, cognition, and computation. Inter/Intradisciplinary relations. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C.(orgs). **Innovation and interdisciplinarity in the university**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. p. 345-376.
- COLLINS, J. On the input problem for massive modularity. **Minds and Machines**, n. 15, p. 1-22, 2005.
- FELDMAN, Jerome A. **From molecule to metaphor: a neural theory of language**. Cambridge, Mass.: A Bradford Book; The MIT Press, 2006.
- HARDER, Peter. Partial autonomy: ontology and methodology in cognitive linguistics. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela. (eds.) **Cognitive linguistics: foundations, scope, and methodology**. New York: Mounton de Gruyter, 1999. p. 195-222.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Conceptual integration networks. **Cognitive Science**, v. 22, n. 2, p. 133-187, 1998a.
- FAUCONNIER, Guilles; TURNER, Mark. Principle of conceptual integration. In: KOENIG, Jean-Pierre (ed.). **Discourse and cognition**. Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information, 1998b. p. 269-283.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**. New York: Basic Books, 2002.
- FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- FODOR, J. **The mind doesn't work that way: the scope and limits of Computational Psychology**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.
- LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George.; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF George.; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought**. New York: Basic Books, 1999.
- LIMA, Paula Lenz; FELTES, Heloísa P. de M.; MACEDO, Ana Cristina P de. Cognição e metáfora: a Teoria da Metáfora Conceitual. In: MACEDO, Ana Cristina P.; FELTES, Heloísa P. de M.; FARIAS, Emília M. Peixoto (orgs.). **Cognição e lingüística: explorando territórios, mapeamentos e percursos**. 2008 (no prelo).
- SPERBER, Dan. The modularity of thought and the epidemiology of representations. In: HIRSCHFELD, L.; GELMAN, S. (eds.) **Mapping the mind: domain specificity in Cognition and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 39-67.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication & cognition**. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 1995.